



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 084

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE SETEMBRO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Brandock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Dr. Luciano Ducci. (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº CTL/CC/171/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei nº:

300/2004 - Do Poder Executivo que autoriza o Poder Executivo a adquirir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ou subsidiária inte-

gral desta, o controle acionário da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão, o qual foi convertido em Lei nº 14.501. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/172/2004, do Sr. Orlando Pesutti - Governador do Estado em exercício, restituindo a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 667/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 723, 724, 785, 786 e 787/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, comunicando liberação de recursos financeiros ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR para os programas de PNAC - PNAE CRECHE e PNAI - PNAE INDIGENA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 535/04, do Sr. Dario Gama Duarte - Gerente Geral de Gestão Administrativa e Financeira do Ministério da Saúde, comunicando Convênio celebrado entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a Secretaria da Justiça e Cidadania, para implantação do sistema PROCON no Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 038/2004, do Sr. Jorge Kalache Filho - Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos financeiros destinados a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, no valor de R\$ 89.360,83, (oitenta e nove mil, trezentos e sessenta reais e oitenta e três centavos). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 764/2004, do Sr. Henrique Naigeboren - Presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao Pedido de Informação requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre verbas do FUNDEF.

OFICIO Nº 151/2004

Curitiba, 20 de setembro de 2004.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente à presença de V. Exa. solicitar a autorização para que na Sessão do dia 21 de setembro do corrente, seja destinado o uso do Horário do Grande Expediente aos representantes dos corpos discente e docente da UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu, para expor a situação do curso de enfermagem.

Certa da compreensão e acatamento, subscrevo-me
Sala das Sessões, em 21.09.2004.

(a) RENI PEREIRA

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia de hoje, por dez Sessões Plenárias, do Projeto de Lei nº 733/2003, que dispõe sobre a remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretários de Estado.

Sala das Sessões, em 21.09.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 349/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para os procedimentos de anotação e registro de dados relativos à propriedade e aos condutores de veículos cadastrados junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, consideram-se como documentos hábeis à comprovação de residência ou domicílio:

I - contas de água, luz ou telefone, expedidas no prazo máximo de noventa dias;

II - documentos expedidos por órgãos oficiais das esferas Municipal, Estadual ou Federal, expedidos no prazo máximo de noventa dias;

III - contrato de locação de imóvel em nome do interessado, registrado no Cartório de Títulos e Documentos;

IV - correspondência de Instituição Bancária, pública ou privada, ou ainda de administradora de cartão de crédito, cuja identificação (nome e endereço do titular) esteja impressa no próprio envelope (devidamente carimbado pelos Correios), com data de expedição de no mínimo noventa dias;

V - qualquer correspondência expedida com Aviso de Recebimento (AR) que identifique o nome e endereço do destinatário no próprio envelope, carimbado pelos Correios, com data de expedição de no mínimo noventa dias;

VI - certidão simplificada no prazo de validade, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou cópia da Ata de Assembléia devidamente registrada, conforme dispuser a legislação específica, em se tratando de pessoa jurídica de direito privado;

VII - Título de Eleitor;

VIII - Termo de Declaração do interessado, contendo pelo menos duas testemunhas também residentes no município.

Parágrafo Único - As fotocópias de documentos poderão ser apresentadas sem a necessidade de autenticação, comprovando-se com os originais correspondentes.

Art. 2º - Serão aceitos documentos apenas em nome de parente de 1º grau ou cônjuge, com a devida comprovação do parentesco, através de Documento de

Identidade reconhecido pela legislação federal, Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento.

Art. 3º - A falsa declaração de domicílio para fins de registro, licenciamento ou habilitação está sujeita às sanções previstas no artigo 242 da Lei 9.503/97 e no artigo 299 do Código Penal.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.2004.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei estabelece regras para anotação e registro de dados relativos a proprietários e aos condutores de veículos no Estado do Paraná, para os procedimentos de anotação e registro de dados relativos à propriedade e condutores cadastrados junto ao DETRAN/PR.

Busca-se, com isto, o aprimoramento da Portaria nº 022/2004, editada em 19 de agosto de 2004 pelo DETRAN/PR e em vigor atualmente, considerando sugestões apresentadas por profissionais que atuam na área e que alegam dificuldades ocasionadas pelas regras atuais.

A presente proposição mantém os incisos da referida Portaria, transformando-a em lei com a aprovação da Assembléia Legislativa, porém sem a exigibilidade de autenticação de fotocópias de documentos, eis que o novo Código Civil aboliu tal exigência.

Por outro lado, foram acrescentados dois incisos entre as ações para se comprovar domicílio dos interessados: apresentação do Título de Eleitor; Termo de Declaração, contendo pelo menos duas testemunhas também residentes no município.

Entendemos que esta medida facilitará a vida tanto daqueles que adquirem veículos quanto de todos aqueles que atuam nesta área, que esperam agilidade na transferência da documentação necessária.

PROJETO DE LEI Nº 350/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Centro-Oeste do Paraná de Estudos e Combate ao Câncer - ACOPECC, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Centro-Oeste do

Paraná de Estudos e Combate ao Câncer - ACOPECC, por ser ela uma entidade sem fins lucrativos, e que tem por finalidade promover a assistência social aos familiares e pacientes com neoplasias, velando pelo seu bem-estar social.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão humanitária.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros paranaenses que nos dão o prazer e a satisfação das presenças na Sessão de hoje.

A Assembléia Legislativa há alguns meses está discutindo a questão do aumento salarial dos Secretários do Governo do Estado. Eu não me canso de dizer que um homem ou uma comunidade que não tem passado não tem história e quem tem história deve ter o seu passado.

Não podemos esquecer aquilo que foi lembrado por inúmeras vezes, aqui na Assembléia Legislativa e principalmente na tribuna hoje ocupada pela bancada que dá sustentação ao Governo quando era oposição ao governo do Estado. Quando o ex-Governador propunha um aumento ou a criação de alguns cargos comissionados junto à esfera administrativa o Governo passado era alvo das mais severas contundentes críticas pelos Deputados que faziam oposição ao Governo do Estado do Paraná.

E de que forma nós hoje Deputados, integrantes do Parlamento do Estado do Paraná, podemos aceitar uma Mensagem que visa conceder um aumento de 100% para os Secretários do governo do Estado e não estar acompanhada por uma Mensagem que disponha ou que outorga um aumento para o quadro geral do funcionalismo público? Não é concebível e nós não podemos aceitar isso, de forma alguma! Embora hoje estejamos votando e discutindo a constitucionalidade deste projeto mas o Parlamento pela moralidade, pela decência, pela coerência dos nossos atos jamais poderemos aprovar este Projeto e conceder 100% de aumento para os Secretários e esquecer o quadro geral.

Deputado Valdir Rossoni quem prometeu leite de graça, água de graça, luz de graça e acabar com o pedágio não cumpriu, o que ele não prometeu na campanha é dar 100% de aumento para os secretários, isso ele está querendo fazer e nós não podemos aceitar isso! Nós, como Parlamentares, não podemos concordar com isso! Espero que o projeto seja rejeitado já na sua constitucionalidade se não rejeitado que seja retirado da Pauta por algumas Sessões, para que possamos estudar a possibilidade de estender este aumento também para o quadro geral do nosso Estado senão e se necessário for, temos que buscar os meios e até dispositivos legais, se o Governo pode dar aumento de 100% para os Secretários e esquecer os

demais cargos em comissão, mas principalmente o quadro geral do Estado do Paraná.

Eu, como Deputado, não posso aceitar isso. E chamo até a coerência daqueles Parlamentares que no passado defendiam com veemência a criação de cargos no Governo passado e hoje fazem exatamente o contrário. Se não bastasse a criação de inúmeros cargos que já aprovamos no atual Governo, se não bastasse a mensagem que o Governo manda para a Assembléia Legislativa para contratação de funcionários em caso de necessidade e urgência temporária sem concurso público não podemos aceitar isso jamais. Cheque em branco já foi dado aos montes para esse Governo. Agora, um aumento de 100%. E vocês que estão, aqui, nas galerias e a sociedade do Paraná o que deve estar imaginando. Falando pouco mais do que uma semana para a eleição propor e votar 100% de aumento para os Secretários. Deputado Valdir Rossoni, o que eles vão fazer depois da eleição? Esse é o ponto de interrogação, se eles têm peito, coragem e a petulância de fazer isso agora, imaginem o que eles vão fazer depois.

Fica a reflexão para cada Parlamentar e cada Paranaense pensar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem iniciou-se uma polêmica dado a falta de quorum para votação em relação ao projeto do meu companheiro, amigo Deputado Anibelli. Divirjo, como é natural da democracia, por entender que se o Governo tem a compreensão da necessidade do reordenamento dos seus cargos comissionados, poderia fazê-lo numa mensagem à Mesa da Casa e a Mesa proporia o projeto como ocorre em todos os Paramentos, inclusive no Parlamento Federal. Mas lendo os jornais vi algumas matérias dizendo que havia uma manobra no sentido de adiar em relação a questão eleitoral. Quero deixar claro que à minha compreensão em relação a esse projeto é absolutamente diferente daqueles que vão votar pura e simplesmente contra o projeto. Porque entendo que o Governo tem perfeita legitimidade para ordenar os seus servidores sejam de livre provimento, sejam aqueles que são...

Deputado Alexandre Curi, uma reflexão que faço é que o Governo tem condições de apresentar a esta Casa, como já fez em relação aos Professores; como deverá fazer em relação às universidades e temos aqui liderança dos professores Universitários; como haverá de fazê-lo ao seu tempo em relação à saúde, já deveria ter feito porque todos sabemos do arrocho salarial imposto nos 8 anos do Jaime Lerner.

Mas como se trata dos cargos de livres provimento entendo que deveria ser tratado no seu conjunto. Se o Governo tem 4,6 mil cargos comissionados, porque

inclusive na época do Jaime Lerner havia muita notícia sobre isso, se há necessidade de cortar cargo comissionados para que outros possam ser aumentados, se há necessidade de reajuste dos secretários, não haveria também necessidade do reajuste de um chefe de uma CIRETRAN que ganha em torno de 800 ou 900 reais?

Atividade de responsabilidade que é um convite ou à incompetência, porque é inconcebível que um chefe ganhe menos do que os funcionários daquela CIRETRAN. Por isso apresentei os meus argumentos, mas entendo que não seria também objeto de uma emenda parlamentar no Projeto do Deputado Anibelli. Entendo que o Senhor Governador deveria apresentar o projeto de como ele entende que devam ser tratados os cargos comissionados. Ainda que não seja um projeto, uma Mensagem à Mesa, por escrito, porque acho que não bastam telefonemas como ocorreu com o Presidente Hermas Brandão, telefonemas do Senhor Governador para que se colocasse em pauta. Portanto, apresentei um pedido de retirada de pauta por dez Sessões, porque é o máximo que se pode pedir, a retirada de pauta. A outra alternativa, seria o arquivamento. Entendo que teríamos até esse tempo para pensar nessa hipótese ou que o governo compareça à Casa e diga como ele entende que devam ser tratados os seus cargos de livre provimento, bem como com relação aos demais servidores.

Queria fazer esse esclarecimento porque ouvi palavras de que votar antes da eleição é certo. Depois da eleição é traição. Talvez seja o caso de não votar em hora nenhuma. Entendo que é o governo que deva expressar claramente...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo mais um minuto para a conclusão ou o Horário da Liderança do seu Partido.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Obrigado Sr. Presidente.

Quando entende o governo, devam ser remunerados os seus cargos de livre provimento. Acho de bom senso, acho dentro de uma lógica de que está pensando no Estado, não vai aqui, nenhum tipo de hipocrisia no sentido de entender que não tenha que ter cargo de livre provimento, até porque nós o temos, nós, parlamentares mas entendo que essa questão deveria ser tratada com maior prudência e enfrentar a complexidade que ela já se reveste no bojo, no debate da concepção que o governo tenha sobre a forma de administrar a máquina ou o governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu não faria uso da palavra mas depois de ouvir o pronunciamento do Presidente do PT do Paraná, acredito que tem que haver uma conversa entre o

líder do governo que também é do PT e o Presidente do PT.

Ontem subiu naquela tribuna o líder do governo, Natálio Stica e disse que a Bancada do Governo votaria o projeto de aumento de salário dos Secretários em 100% e agora vejo meu caro amigo André discordando disso e aí que fica a dúvida, se estamos empurrando este projeto para que passem as eleições e depois das eleições, o rolo compressor vai passar por cima de nós.

Mas, não quero deixar de concordar com o Deputado André Vargas, que esse projeto é inconstitucional. Ele está coberto de razão, quando ele fala da sua constitucionalidade.

O projeto, onde gera despesas, tem que ser de iniciativa do Governo do Estado. Tem que vir do Poder Executivo a proposta de aumento dos servidores.

O que me parece, na verdade é neste projeto que tem origem de um Parlamentar, - estão querendo esconder a vontade do Governador em dar o aumento aos Secretários em 100%. Ele não tem a coragem de cumprir a lei e enviar, ele próprio, o projeto a esta Casa.

Quero aqui discordar do Líder do Governo, que diz que vai votar esse projeto. É inconstitucional, tem que ser iniciativa do Executivo.

Concordo com o Deputado André Vargas quanto a essa inconstitucionalidade e digo, Deputado Natálio, Líder do Governo, que nós estamos aqui fazendo uma proposta. E esse aumento Deputado Luciano, seja então, se for para votar, linear a todos os servidores públicos. Por quê? Seria justiça feita com os Secretários e com os servidores públicos!

Deputado Elio Rusch, Deputado Luiz Carlos Martins, no dia em que estive aqui no SINDISAUDE, lembro-me muito bem, que em determinado momento da Sessão, o então Líder do Governo, se não me falha a memória, ainda era o Deputado Ângelo Vanhoni, fez a seguinte proposta: “vamos formar uma comissão de Parlamentares e representantes dos sindicatos da Saúde e vamos conversar com o Chefe da Casa Civil”.

Eu pedi uma questão de ordem naquele dia, primeiro dizendo que tal comissão que iria à Casa Civil, deveria ser composta de Deputados de Situação e de Oposição, que sempre foi o costume desta Casa. Nenhum Deputado de Oposição foi convidado, mas pela cobrança feita por este Parlamentar - porque eu senti que era uma forma de enrolar o Sindicato da Saúde levando para a Casa Civil e adiar o aumento. O Líder do Governo disse, nesta Casa, que no dia 15 de agosto, seria paga a gratificação aos servidores da saúde. Nós estamos já, quase no final do mês de setembro; não foi pago!

Quando vejo o Líder do Governo afirmando a data que será pago, colocando o posicionamento dele, estou vendo o posicionamento do Governo.

Quando vejo o Líder do Governo daquela tribuna, afirmar que será aprovado o aumento de 100% aos Secretários, para mim é uma posição do Governo.

Quando o Líder do Governo afirmou que no dia 15 de agosto seria paga a gratificação para os servidores da saúde, para mim foi uma afirmação do Governo.

Eu só espero que agora não venha novamente uma proposta para se formar nova Comissão para ir ao Chefe da Casa Civil e discutir novamente essa questão, porque o dia 15 de agosto já passou, o mês de setembro já está indo, as eleições municipais já estão passando e nós estamos aqui aguardando que a Liderança do Governo faça com que o Governo honre o seu compromisso. O que mais vale nesta Casa é a palavra, e quando o Líder do Governo faz uma afirmação, nós estamos ouvindo a voz do Governo do Paraná. Essa é uma questão clara.

E eu naquele dia, questionei. Só espero que daqui a sessenta dias o sindicato que representa os servidores da saúde volte a esta Casa e a questão não esteja resolvida.

Parece que eu estava antevendo o que está acontecendo no dia de hoje. Espero que o Líder do Governo com a sua competência, com o seu trânsito e a sua liderança junto ao Governador, coloque essa questão e esclareça aos servidores e aos Deputados, porque nós também representamos todos os servidores de todo o Paraná. Era isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Passo a palavra ao Deputado Barbosa Neto, no Pequeno Expediente.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero mais uma vez manifestar, na Sessão desta tarde, o nosso total apoio aos funcionários da saúde do nosso Estado. Nós, como membros do Bloco de Oposição nesta Casa, não podemos ser irresponsáveis, e ao mesmo tempo, nos preocuparmos apenas em jogar para a torcida. Mantemos aqui a nossa postura de coerência.

Há três semanas nós conseguimos evitar o fechamento de cinquenta leitos do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, com sede em Londrina, depois que exigimos o respeito do Governo do Estado em relação a um dos hospitais mais importantes do interior do Sul do País.

E, para nos mantermos na posição de coerência em defesa da saúde, manifestamos o nosso repúdio a este aumento absurdo, às vésperas de um pleito eleitoral, em mais de 100% dos vencimentos dos Secretários de Estado!

Por isso estamos, na tarde de hoje, deixando clara a nossa posição, de que o Projeto 318/2003, precisa ser aprovado. O Deputado Tadeu Veneri contará com a maciça votação por parte do Bloco de Oposição, segundo a aquiescência que temos aqui do Deputado Valdir Rossoni, que já também manifestou a sua posição.

Temos sentido que o Governo do Estado, em várias ocasiões, tenta manobrar os investimentos na área de

saúde, bem como, já foi debatido projeto de autoria do Vice-Presidente desta Casa, que hoje ocupa a Presidência, e também do Deputado Luciano Ducci, fazendo com que os investimentos na saúde fossem de alguma maneira desviados do investimento maior, que é não apenas com a Previdência, não apenas com o saneamento básico, mas sim com salário, e esta é a oportunidade que a Base do Governo tem de demonstrar a sua sensibilidade com os servidores da saúde e os outros servidores do Estado, excetuando-se aqui aqueles do Magistério, que receberam recentemente o seu PCCS, mas essa questão da redução da jornada para 30 horas é uma conquista que a Organização Mundial de Saúde já preconiza e também os Conselhos de Saúde do nosso País. Portanto, deve ser, sem dúvida nenhuma, respeitada. No que depender deste Parlamentar, estamos ratificando a nossa posição, já que é uma preocupação muito grande; estamos recebendo e-mails, ligações telefônicas de servidores da saúde de todo o Estado, que estão neste momento com as atenções voltadas à decisão que tomaremos em relação à apreciação desse projeto tão importante, na tarde de hoje. O que nos preocupa é que, se ele não for votado, só mesmo após o pleito eleitoral, que isso possa ser objeto de apreciação por esta Casa.

Então, o apelo que fazemos aqui aos Deputados para a Base de Sustentação do Governo, para os Deputados da Oposição, que votem a favor da Lei 318/2003 que reduz a jornada para trinta horas, uma conquista muito importante que merece ser respeitada por todos os Parlamentares que são preocupados com a saúde do nosso Estado.

Era o meu pronunciamento na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Encerrado o Pequeno Expediente, Horário do Grande Expediente.

Ninguém inscrito.

Passa-se ao Horário das Lideranças: PL; PSL; PPS; PSB; PTB; PP; PFL; PSDB; PDT; PT.

Com a palavra, o companheiro Deputado Estadual, Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço ao Presidente e ao Líder do meu Partido por usar o Horário da Liderança do PT, e não poderia ser diferente: nós inclusive não estamos em número e quórum suficiente para podermos deliberar, mas hoje o projeto que deveríamos apreciar - acredito que até o momento podemos até ter quórum suficiente - é um projeto que diz respeito às trinta horas.

Esse projeto, Srs. Deputados, é exatamente o mesmo que foi apresentado e aprovado em diversos Estados da Federação e que como já aqui o Deputado Barbosa Neto quando ocupou a tribuna citou, e é um projeto que já tem o parecer favorável da Comissão de Saúde, da

Comissão de Finanças, da CCJ, portanto tem de todas as comissões da Casa.

Entramos em contato com o Sindicato da Saúde, com a Presidente do Sindicato, que está aqui presente também com os funcionários da saúde, entramos em contato com o Secretário da Saúde que não se mostrou contrário, com a Secretária Maria Marta que não se mostrou contrária, com o Chefe da Casa Civil que não se mostrou contrário, não há manifestação contrária de nenhum órgão do Governo, de nenhuma Secretaria, nem do Líder do Governo; oficialmente todos nós sabemos que o Governo é, hoje, pelo menos pelas palavras dos Secretários, favorável à aprovação desse projeto.

Entendo, Deputado Valdir Rossoni, que ao votarmos e aprovarmos as trinta horas para a saúde, estamos simplesmente fazendo com que aquilo que já vem hoje sendo executado de maneira informal, passe a ser formal, ou seja, nós damos ao funcionário da saúde uma garantia de que amanhã ou depois, mudando este ou aquele Governo, não haverá mudança na sua jornada de trabalho. É um projeto que tem apenas a referência nas conferências estaduais do Brasil inteiro, na Conferência Nacional da Saúde, e nas Conferências Municipais de Saúde.

Então, entendo, Deputado Natálio Stica, que ao aprovarmos o projeto de trinta horas estamos trazendo para a legalidade aquilo que é feito de maneira informal. E acredito também que embora hoje nós tenhamos um número menor de Deputados, até por conta de uma série de processos, até do processo eleitoral, mas muitos Deputados que estão aqui já se manifestaram favoráveis, é o caso do Deputado Pedro Ivo que veio de União da Vitória especialmente para esta votação a pedido dos funcionários da Saúde. Os Deputados que vieram do interior do Estado também afirmaram. O Deputado Luciano Ducci que foi Secretário da Saúde e não conseguimos implantar, porque houve o veto do Prefeito. Naquele momento eu era Vereador. Mas acredito no processo de compreensão da necessidade das 30 horas. Vivemos um momento extremamente favorável para fazermos um reparo aos servidores públicos de uma situação de injustiça que vem acontecendo há muitos anos.

Entendo que, quando os funcionários da Saúde reivindicam as 30 horas para que possam ter uma qualidade melhor no atendimento e de vida melhor, inclusive. Foi assim com os bancários na década de 50. Foi assim na Constituição de 1988, que estabeleceu que as jornadas continuadas não poderiam ser além de 6 horas. Tem sido assim em todas as conquistas do mundo inteiro a redução de jornada, para que o trabalhador possa ter uma qualidade melhor de vida.

Acredito que este Parlamento fará justiça para os funcionários públicos da saúde. Fará justiça trazendo o projeto de 30 horas, não como um projeto de um Deputado, mas como um projeto da Assembléia Legislativa.

Sabemos que os projetos que saem daqui podem sofrer a sansão do Governador. Por isso que não apresentamos esse projeto em tempo anterior. Pois queríamos ter

o entendimento que este projeto não deve, não pode e não será vetado. Porque não tem sentido nenhum a Assembléia Legislativa aprovar um projeto e depois ser vetado.

Se não pudermos votá-lo hoje, que possamos votá-lo no dia 5 de outubro e aprová-lo como um projeto da Assembléia Legislativa, independentemente do Deputado que apresente. Porque será uma vitória de todos os Deputados e dos funcionários da Saúde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Liderança da Oposição.

(**Declina**).

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da saúde que hoje visitam esta Casa.

Quero mais uma vez lamentar que não teremos quórum para as votações.

Esse projeto de 30 horas, tem o apoio do Secretário da Saúde, Dr. Cláudio Xavier.

Quero repetir o que disse aqui ontem. Este Governo é um Governo sério, corajoso e transparente. Seguimos, inclusive, uma frase que está na Bíblia: “Ou é quente, ou é frio; morno, não.”

Portanto, todos os projetos o Governo tem que analisar do ponto de vista da legalidade, da ética e da condição financeira do Estado; são princípios elementares.

Não podemos, e o Governo não se comporta desta maneira, nos escondermos atrás de uma eleição. Não precisamos deixar passar as eleições para colocar este ou aquele projeto. Ou votamos favorável, se a nossa consciência assim determina, ou votamos contrário. Não é possível resultado eleitoral que possa atrapalhar, determinar aqui o processo eleitoral.

No projeto em questão, do aumento dos Secretários, repito o que disse ontem a Deputada Cida. Se é verdade que está defasado por nove anos, se é entendimento que há uma defasagem que precisa ser corrigida, tem que ser colocado para votar e as Sras. e Srs. Deputados que decidirão. Não podemos e não vamos tirar de pauta, para esperar passar o processo eleitoral. Tenho certeza, Deputado Tadeu Veneri, que no dia 05 quando os Deputados que estão preocupados, e com razão, nas suas cidades, nas suas regiões, no processo eleitoral que é muito duro, tenho certeza que como o segundo turno é em pouquíssimas cidades, teremos quórum depois de 03 de outubro e vamos manter em votação.

Não estamos preocupados. A cidade de Curitiba, do meu candidato Ângelo Vanhoni, tem que ter a clareza de saber não misturar as coisas. Se esse projeto vai prejudicar ou não vai prejudicar. Não podemos ter quatro anos de um governo de Curitiba atrelado a um processo de eleição nesta Assembléia.

Por isso, Deputado Antonio Anibelli, quero reafirmar a transparência e a coragem deste Governo que sou com muito orgulho o seu Líder, e de uma Bancada que dá respeito nesta Casa.

Se não temos quórum hoje, tenho certeza que no primeiro dia depois de 03 de outubro, estaremos votando as trinta horas dos servidores, o reajuste dos Secretários, votando favorável ou não - esta Casa que decide - a todos os projetos que aqui tem.

Reafirmo portanto, não é um processo eleitoral que nos vai esconder.

Quero dizer que o povo do Paraná tem que ouvir do Governo a transparência, sempre! Enquanto eu for Líder deste Governo, nesta Casa, as mensagens, sejam do Governador ou não, apoiadas pelo Governo, aqui serão defendidas.

Defendi de unhas e dentes o Plano de Cargos dos Professores. Da mesma maneira defendi o veto da retroatividade por saber que matematicamente não tínhamos condição porque a Lei de Responsabilidade não permitia. E aí não ia ser implantado nem a partir de 1º de maio. E já o está, 1º de maio. Tenho certeza, se não é o que merecem os professores, é o que há de melhor em todo o Brasil. A GAS da Saúde que foi aprovada num processo eleitoral à beira de uma eleição em 2002, aí sim, de um processo demagógico não cumprido. Nós vamos implantar até o final deste ano, que consome 1% da folha de pagamento e portanto na primeira brecha da Lei de Responsabilidade é a bola da vez, disse o Governador Requião.

Tenho certeza que ao longo de 2005 vamos acertar todas as categorias que ficaram no ex-Governo Jaime Lerner, nos 8 anos do desgoverno, defasados de qualquer reajuste salarial. Este Governo vai acertar a vida dos servidores. Precisamos sim, acertar dentro do que podemos, do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nunca temerei chegar nesta tribuna, falar olhando no olho de todos que aqui estiverem, porque agi na minha vida toda, desde quando fui sindicalista dos petroleiros, que deu a minha formação, da minha vida, a qual me permite olhar às pessoas olho no olho - dos meus três mandatos de Vereador em Curitiba e do meu 1º mandato de deputado nesta Casa.

O dia que eu não servir para ser Deputado, servindo o povo do meu Paraná, deixarei o Parlamento e vou viver de pescaria, que é o que mais adoro.

Enquanto eu estiver sendo útil, farei daqui desta tribuna o meu papel coerente com a minha consciência, independente do que cada um possa pensar.

Muito obrigado.

O Sr. Tadeu Veneri

Concede-me um aparte, Sr. Deputado?

(Assentimento)

É apenas uma informação, Deputado Natálio Stica. Só gostaria de saber - porque o senhor falou que a GAS paga até o final do ano, se o senhor tem conhecimento se o projeto foi.

Nós conversamos com a Secretária Maria há vinte dias atrás, e ela ficou de enviar os dois projetos para o Governo do Estado. Não sei se o senhor tem a informação se já chegou ao Governo ou não.

O SR. NATÁLIO STICA

Chegou.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Naturalmente, só um pedido de adiamento de votação.

Os argumentos absolutamente nada têm a ver com a eleição! Seja quente ou seja frio, o que não há aqui é subserviência! O que estou fazendo é uma sugestão que o Governo pense, reflita sobre o ordenamento dos seus cargos de livre provimento. Essa é a reflexão.

Com relação à eleição, parece-me que tem gente cujo coração já não mais é da velha luta, mas da bravatária, do projeto mal formulado. Apresente o projeto bem feito! Apresente o projeto bem formulado sobre cargos em comissão e não se esconda atrás do projeto do Deputado. Assine. O Governo deve e pode fazê-lo e é legítimo que faça.

Quente e frio, aqui tem mandatário: cinquenta e quatro, e do outro lado, tem mais um. Todos merecem respeito! O que não vale é fazer ilação que votar hoje é legítimo e votar depois é traição, porque talvez nem votemos, porque posso pedir o arquivamento. Achei uma deselegância fazê-lo com o Deputado Anibelli e por isso o adiamento, apenas por isso!

Não se trata de não ter posição, mas se trata de ter coerência. O meu coração é do Lula!

O SR. VALDIR ROSSONI

Meu caro Presidente, na verdade, não entendi bem o questionamento do Deputado André, se foi um questionamento ao seu Líder ou a nós que subimos à tribuna, mas vou procurar, até o dia 05 de outubro, entender o seu posicionamento.

Acredito que não está havendo sintonia entre o Líder do Governo e o Presidente do PT. E peço, Sr. Presidente, antes de começar a votação, a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto)

Como ainda não está sendo votado, não cabe a verificação de votação.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e imprensa do Paraná aqui presente, registro com muito pesar o falecimento do Prefeito Lídio José Schneider, de Mercedes, que é um município novo, que tem doze anos, e Lídio José Schneider foi o seu primeiro Prefeito e agora era prefeito pela segunda vez.

Ele faleceu agora há poucos instantes. Foi uma pessoa arrojada, foi Vereador na Cidade de Marechal

Cândido Rondon, foi um Prefeito que construiu o Município de Mercedes e que o seu grande sonho foi sempre construir, no seu pequeno Município, o paço municipal e construir junto ao paço um Centro Cívico, e ele conseguiu fazer isso.

Infelizmente, na tarde de hoje, ele faleceu e está enlutado, não só o Município de Mercedes, mas toda a comunidade do Oeste do Paraná, e acredito que o Paraná inteiro, ao perder essa liderança jovem, pois tinha cinquenta e oito anos de idade.

Faço esse registro com muito pesar!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 151/2004, subscrito pelo Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando autorização ao uso do horário do Grande Expediente da presente Sessão aos representantes dos corpos discente e docente da UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu, para expor a situação do Curso de Enfermagem. **Prejudicado.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença da Oposição no plenário nesta tarde, antes do início da votação, para que não haja dúvidas, porque ontem foi feito um comentário sobre a ausência da Oposição, estão aqui presentes os Deputados Durval Amaral; o Deputado Carli; o Deputado Elio; o Deputado Rossoni; o Deputado Barbosa; o Deputado Plauto; o Deputado Luiz Carlos; o Deputado Luciano Ducci, praticamente 100% da Oposição presente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Item 01...

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar que o Sindicato da Saúde está nos comunicando que não sendo possível votar as 30 horas hoje, estará presente aqui na terça-feira, após as eleições...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estará na pauta do dia 05 de outubro.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

...Exato. E procurará agora a Casa Civil tentar intermediar uma negociação sobre a G.A.S. e sobre as 30 horas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu quero reafirmar a V. Exa., ao Sindicato e aos demais Parlamentares que estará na Ordem do Dia do dia 05 de outubro.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação Operária Imaculada Conceição de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Vamos analisar nesta Sessão Substitutivo Geral da CCJ.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos pôr em votação, depois faremos a verificação de votação.

Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Havendo a verificação de votação do Deputado Valdir Rossoni, solicito aos Srs. Deputados que aprovam a Emenda que levantem-se.

Oito Srs. Deputados aprovam a Emenda.

Srs. Deputados que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se.

Cinco Deputados rejeitam a Emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

Sr. Presidente, não há quórum, há apenas 24 Deputados no plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme verificação do Sr. 1º Secretário há 24 Srs. Parlamentares em plenário, não há quórum para votação.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar que dos Deputados presentes oito são valentes baluartes Deputados de Oposição que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado. E espero que dia 05 nós tenhamos número para procedermos a votação.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1544, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Prejudicado.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05 de outubro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 293, 304, 315, 316, 317 e 318/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 318 e 733/2003; 220, 230, 270, 271, 272, 273 e 284/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e quatro, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões

das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua quinta Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 70/2004 - submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referentes ao mês de agosto de 2004. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari abriu a reunião, passando a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli, relator da Proposição nº 70/2004, que trata da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referentes ao mês de agosto de 2004, conforme Resolução nº 03 de 15 de março de 2004. Analisada a matéria, concluiu o Relator que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, e atendem à legislação em vigor, deliberando pelo parecer favorável, sendo acompanhado em sua decisão por todos Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Deputados presentes, e, por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária